

# O português não procede do latim

## Uma proposta de classificação das línguas derivadas do galego

MARCOS BAGNO

**N**unca é demais lembrar que a questão dos nomes que se dá às línguas escapa da órbita dos especialistas (filólogos, gramáticos, linguistas) e se vincula muito mais a problemáticas de natureza política, cultural, econômica e ideológica.

Quando o conde Afonso Henriques se tornou o primeiro rei de Portugal (por volta dos meados do século XII), a língua que se falava em seu Condado Portucalense com certeza não era diferente da que os habitantes da Galiza falavam. Essa certeza se firma no fato do galego moderno ainda ser muito semelhante ao português europeu e, mais ainda, ao português brasileiro, e ao fato dos dialetos do norte de Portugal apresentarem muitas semelhanças com os dialetos do sul da Galiza. Outra comprovação é a documentação escrita que sobrevive desde aquelas épocas remotas: produzidos na Galiza ou no território que viria a ser Portugal, esses textos são registrados numa língua que podemos dizer que é uma só.

A esse respeito, vale a pena citar as palavras de Esperança Cardeira, autora portuguesa de um livro sobre a história da sua língua:

À entrada do ano mil, no Noroeste peninsular, a Galécia Magna, uma região que se estendia da Galiza a Aveiro abarcando, ainda, uma faixa das Astúrias, delimitava já um romance com contornos peculiares. [...] Não é ainda Portugal, não é ainda língua portuguesa. [...] Antes de Portugal, antes do Português, no limiar do século X, já estava constituído um romance [...] (2006: 36-37).

Se “não é ainda Portugal, não é ainda língua portuguesa” e se a própria autora diz que esse roman-

ce era falado em toda a Galécia Magna, que outro nome se poderia dar a essa língua que não seja *galego*? Por que chamar de *galego-português* uma língua que surgiu “antes de Portugal, antes do Português”, como faz, por exemplo, o dicionário *Aurélio* no verbete abaixo?

*galego-português*. [...] Língua românica que era falada a N.O. da Península Ibérica ... e cujas fronteiras, a E., eram o leonês e o castelhano e, ao S., abaixo do rio Minho, os dialetos moçárabes que ali se desenvolviam. [Atestada pelo menos desde o séc. VIII, os primeiros documentos nela conhecidos e redigidos por inteiro datam do séc. XII. No séc. XII Portugal, mas não a Galiza, torna-se independente de Leão e se estende para o S., criando-se assim uma fronteira política que, no séc. XIV, já seria também uma fronteira linguística: ao N., o galego, e ao S., o português.]

Esse texto do verbete exhibe algumas incoerências, a começar pelo próprio nome dado à língua. Se ela é “atestada pelo menos desde o séc. VIII”, quando ainda não existia a entidade política chamada Portugal (e nem mesmo o Condado Portucalense) e se somente no século XIV se estabelecería uma “fronteira linguística” entre o galego e o português, por que chamar a língua de “galego-português” e não simplesmente de *galego*, uma vez que a entidade político-geográfica chamada *Galécia* existia desde a época dos romanos?

O desejo ansioso de aproximação, no período renascentista, entre a recém-normatizada “língua portuguesa” e sua divina mãe, o latim, se manifesta explicitamente no discurso dos primeiros gramáticos, imbuídos ideologicamente da missão

de conferir estatuto de beleza, riqueza, elegância e funcionalidade para a língua que a partir de então seria um dos muitos instrumentos do imperialismo português. Afinal, era preciso que um povo conquistador como o português também tivesse, como o povo romano conquistador, uma língua digna de se tornar elemento de unificação de um império que estava para ser criado:

E por a muita semelhança que a nossa língua tem com ela [a latina] e que é a maior que nenhuma língua tem com outra, & tal que em muitas palavras & períodos podemos falar que sejam juntamente latinos & portugueses (Duarte Nunes de Leão, 1606).

E mostrando nós que a portuguesa participa mais da latina, & que na cópia, pronúncia, brevidade, ortografia, aptidão para todos os estilos, não é inferior a nenhuma das modernas antes igual a algumas das antigas, com razão lhe poderemos dar o louvor de língua perfeita, & de ser uma das melhores do mundo (Manoel Severim de Faria, 1624).

Em sua magnífica epopeia *Os Lusíadas*, publicada em 1572, monumento ideológico de louvor ao nascente imperialismo português, Luís de Camões escreve:

*Sustentava contra ele Vênus bela,  
afeiçoada à gente Lusitana,  
por quantas qualidades via nela  
da antiga tão amada sua Romana;  
nos fortes corações, na grande estrela,  
que mostraram na terra Tingitana,  
e na língua, na qual, quando imagina,  
com pouca corrupção crê que é a Latina.* (I, 33)

O discurso de equiparação do povo português com o povo romano e, por conseguinte, da língua portuguesa com a língua latina, encontra aqui sua mais sublime e artística expressão.

O processo ideológico de criação da “língua portuguesa” cumpriu, portanto, uma tarefa explícita – conectar o português diretamente ao latim, estabelecendo uma genealogia de mão única, em

Marcos Bagno é professor da Universidade de Brasília e investigador colaborador do Instituto da Língua Galega.

que a “língua portuguesa” é uma filha direta da “língua latina”.

No mesmo gesto, se cumpriu também uma outra tarefa, desta vez não explicitada, oculta, dissimulada: apagar a verdadeira origem do português, sua real genealogia, que é a de ser uma língua derivada, não do latim clássico, nem sequer do latim vulgar, mas sim uma língua derivada do galego.

O que aprendemos e ensinamos no Brasil e em Portugal até hoje nas aulas de história da língua portuguesa é uma falácia histórico-geográfica: “o português vem do latim”. Nada disso: o português vem do galego. O galego é que é, sim, uma língua derivada da variedade de latim vulgar que se criou no noroeste da Península Ibérica.

A linguística histórica tradicional passa por cima dos mapas, dos documentos de época, para realizar sua missão ideológica.

Ora, no ano de 891, a região chamada Gallaecia compreendia os territórios espanhóis que hoje se chamam Galícia, parte do que depois (e atualmente) são Astúrias, Leão e Castela, e também o território hoje português que vai do rio Minho até o rio Mondego, que banha Coimbra. E entre os séculos VIII e XI existiu um reino da Galiza que incluía, também, uma área equivalente a mais de um terço do atual território português.

Os livros de história chamam de Reconquista o longo período em que os reinos cristãos travaram luta contra os reinos mouros, muçulmanos, estabelecidos na Península Ibérica desde 711. A Reconquista se deu do final do século VIII

até o ano de 1492, quando a cidade de Granada, último baluarte mouro na Espanha, foi tomada pelos exércitos de Castela e Aragão.

Nesses quase oitocentos anos, o mapa da Península Ibérica sofreu profundas modificações. Existiu, inicialmente, um Reino da Galiza, aliado, vassalo ou dominante do Reino de Leão (segundo as épocas), que compreendia o condado da Galiza e o condado Portucalense. Uma série de conflitos políticos, de casamentos e disputas feudais entre herdeiros, incluindo uma guerra de filho contra mãe, levou finalmente à batalha de Ourique, no ano de 1139, em que o conde Afonso Henriques, após uma vitória contra os muçulmanos, se autoproclamou “Rei de Portugal”, “Rex Portucalensis”, rompendo definitivamente com a vassalagem do condado com relação à coroa de Leão.

A partir de então, os reis portugueses vão, por conta própria, prosseguir a luta contra os mouros, estendendo cada vez mais ao sul os seus domínios. Lisboa é conquistada em 1147 e o processo termina em 1249, com a tomada de Faro. Portugal fixa então os limites de seu território, praticamente inalterados desde 1249 até hoje. Nesse mesmo processo de expansão territorial política, vai se expandindo o território em que a língua românica falada na antiga Gallécia é levada para o sul junto com os colonizadores que passam a ocupar as terras de onde os mouros são expulsos e que eram terras muito pouco povoadas. Desaparecem os chamados dialetos moçárabes, falares românicos fortemente influenciados pela língua dos conquistadores muçulmanos, e que eram escritos com o alfabeto árabe. A língua que veio do extremo Norte se expande até o extremo sul da franja ocidental da Península Ibérica. É esse até hoje o domínio territorial do galego e do português, dois nomes distintos para designar uma nebulosa de conceitos políticos, culturais e ideológicos.

A questão política vai ser determinante para designar as línguas. A Galiza passou a formar parte da coroa de Castela e Leão em 1230 e a partir de aí foi perdendo a sua autonomia política a favor de Castela. Esse quadro político apresenta, de um lado, a Galiza: um território sem governo próprio durante 750 anos, uma região que é em tudo tributária e dependente de um Estado central espanhol, marcado, ao longo de sua história, por uma forte política de silenciamento das identidades étnicas sub-estatais, de esmagamento das lutas em favor da autonomia dos povos submetidos à sua coroa e de substituição planejada das línguas locais pela língua oficial, castelhana, que deixa de ser um dialeto local, o dialeto de Caste-

la, para receber o título nobiliárquico de “língua espanhola”.

Do outro lado, literalmente do outro lado do rio Minho, fronteira natural que sempre demarcou os dois territórios, está Portugal: país independente, reino autônomo desde o século XII, Estado soberano, inimigo secular de Castela, sempre muito cioso de preservar sua liberdade política diante da vizinha Espanha, mais poderosa e maior. Sem poder se expandir para além do território conquistado até 1249, os portugueses se lançam ao mar, empreendendo as grandes navegações que vão fazer de Portugal o pioneiro do colonialismo e do imperialismo modernos, além do reintrodutor da economia escravagista na idade moderna.

Com isso, temos uma língua, o português, língua de um Estado soberano, e temos o galego, que sempre viveu no inferno do não-ser, porque lhe falta precisamente um Estado soberano. Já em 1606, o gramático português Duarte Nunes de Leão deixa explícita a diferença entre as línguas de Galiza e de Portugal, uma considerada pobre e rústica, e a outra considerada rica e elegante, e atribui essa diferença à autonomia política:

[...] as quais ambas [galega e portuguesa] eraõ antigamente quasi hũa mesma, nas palavras & nos diphtongos e na pronunciação que as outras de Hespanha não tem. Da qual lingoa Gallega a Portuguesa se aventajou tanto, quanto na copia e na elegancia della vemos. O que se causou por em Portugal haver Reis e corte que he a officina onde os vocabulos se forjão e pulem e onde manão pera os outros home s, o que nunqua houve em Galliza...

Ao contrário de uma considerável maioria dos linguistas nossos contemporâneos, que preferem se ater ao exame da “língua em si” e desconsiderar tudo o que não seja sistêmico e estrutural, Duarte Nunes de Leão apresenta a diferença entre o galego e o português não em termos puramente linguísticos, ou pelo menos não somente nesses termos, mas atribuindo essa diferença ao fato de em Portugal “haver reis e corte”. Com isso, Duarte antecipa em trezentos anos a visão contida na frase atribuída a Max Weinreich: “Uma língua é um dialeto com exército e marinha”. Portugal tinha e tem exército, marinha e aeronáutica. A Galiza nunca teve nada disso.

Também é por isso que foi necessário, no período de expansão colonial portuguesa, no período de afirmação da identidade portuguesa e da consolidação de um reino centralizado, afirmar



também o caráter autônomo, independente e soberano da “língua portuguesa”, definitivamente considerada como outra língua, sem vínculo com o galego, pobre linguajar entregue à própria sorte como falar regional, submerso numa permanente diglossia, relegado aos usos menos prestigiados, conservado durante séculos apenas nas áreas rurais, sujeito à castelhanização crescente e ininterrupta de seu léxico, de sua fonologia e de sua gramática.

Diante disso, era ideologicamente impossível respeitar os fatos históricos e geográficos, uma vez que eles sempre afirmavam, e afirmam, que a língua dos portugueses se originou na antiga Galécia, foi a língua do praticamente extinto reino da Galiza, não sendo portanto uma descendente direta do nobre latim. Esse ocultamento da história prosseguiu até o século XIX quando, sob um verniz científico, surgiu o termo híbrido “galego-português” para designar a língua arcaica, a língua românica peculiar, distinta do castelhano e do leonês, falada no extremo noroeste da Península Ibérica.

Ora, essa porção noroeste da Península Ibérica tem sido chamada de Galécia ou Galiza desde muito séculos antes da era cristã. Os gregos se referiam a ela como Kallaikía, terra dos *kallaikoi*, nome que os próprios habitantes da região, provavelmente falantes de alguma língua céltica, davam a si mesmos. Quando os romanos conquistaram a Península Ibérica, no século II a. C., deram à região o nome de Gallaecia. Esse nome vem sendo usado, então, ininterruptamente, nos últimos dois mil e duzentos anos para designar aquela área, com diferentes extensões territoriais, ora maiores, ora menores. Como já vimos, no século XI, existiu o reino da Galiza, que englobava

o condado Portucalense, assim chamado por causa do nome da cidade de Portucale, a atual cidade do Porto.

Desde que os romanos se estabeleceram na Galécia, ali foi se constituindo uma língua românica com características próprias e que, por causa do nome do lugar, só pode ser chamada de galego. E foi esse galego que se falou no Condado Portucalense e no reino de Portugal. Somente por uma necessidade ideológica de afirmação nacionalista é que se pode utilizar um termo anacrônico como “galego-português” para designar uma língua que em tudo era galega e que só viria a ser chamada de português no reinado de D. Dinis, que em 1290 instituiu o que se chamava de “língua vulgar” como língua da corte e dos documentos oficiais do reino, reino que por se chamar Portugal transferiu à língua “vulgar” o seu próprio nome: “língua portuguesa”.

O português, portanto, não “veio do latim”. A língua que tem esse nome, português, é na verdade a continuação histórica, com outro nome, da língua românica que se desenvolveu na região desde sempre chamada Galécia-Galécia-Galiza, ou seja, do galego.

As primeiras diferenciações que ocorreram nessa língua, à medida que o reino de Portugal se expandia para o sul, provavelmente se devem à imposição desse galego às populações moçárabes que viviam abaixo do rio Mondego, que banha Coimbra. Como a corte portuguesa se estabeleceu em Lisboa em 1255, a variedade da língua que se desenvolveu em torno da capital, e que tem traços muito característicos e muito diferentes das variedades faladas mais ao norte, se tornou a norma do português. As variedades do norte de Portugal, principalmente as faladas entre o rio Douro e o

rio Minho, apresentam muitas semelhanças com as variedades meridionais do galego faladas em território espanhol, enquanto a fronteira linguística entre o galego meridional e o português setentrional é mais bem gradual. O deslocamento do pólo irradiador da norma, do norte para o centro de Portugal, e a exclusão dela dos traços próprios do galego e dos dialetos portugueses do norte, é que deu ao que se chama “língua portuguesa” sua feição tão característica e tão distinta das demais línguas ibéricas, incluindo o galego, e incluindo o brasileiro. No entanto, exatamente como ocorreu na Espanha, o nome “português” ou “língua portuguesa” passou a designar uma variedade específica, a lisboeta, relegando todos os demais falares ao *status* de “dialetos regionais”.

Essa língua portuguesa, já com esse nome, é que veio nas caravelas usadas pelo imperialismo português para invadir e conquistar terras em outros continentes.

Como se vê, é mais do que justificado considerar a existência de uma *família de línguas derivadas do galego* e, mais tarde, do português europeu medieval tardio, da mesma forma como os tratados de linguística histórica consideram a existência de uma família de línguas indo-europeias e, a partir de cada uma dessas línguas, a existência de subfamílias de línguas como a românica, a germânica, a eslava, a céltica, a báltica etc. Passado meio milênio da expansão marítima de Portugal, é forçoso reconhecer esse processo de diversificação da língua implantada em outros territórios fora da Europa, por força da mudança linguística que, sendo da própria natureza sociocognitiva da linguagem, é por isso mesmo, inevitável.

Os *gallaeci* legaram seu nome ao povo que tem vivido na Galiza, os *galegos*. É na Galiza que vai surgir a língua da qual vão se originar todas as línguas que hoje incluímos no grupo *portugalego* – um nome em que a descendência histórica invertida, uma vez que a língua galega é a matriz de todas as demais. Esse grupo portugalego compreendes 34 línguas (*vid.* mapa):

A situação sociopolítica de cada uma dessas línguas apresenta suas peculiaridades. A condição de *língua materna hegemônica*, além de *língua oficial* do Estado, só existe no português brasileiro e no português europeu.

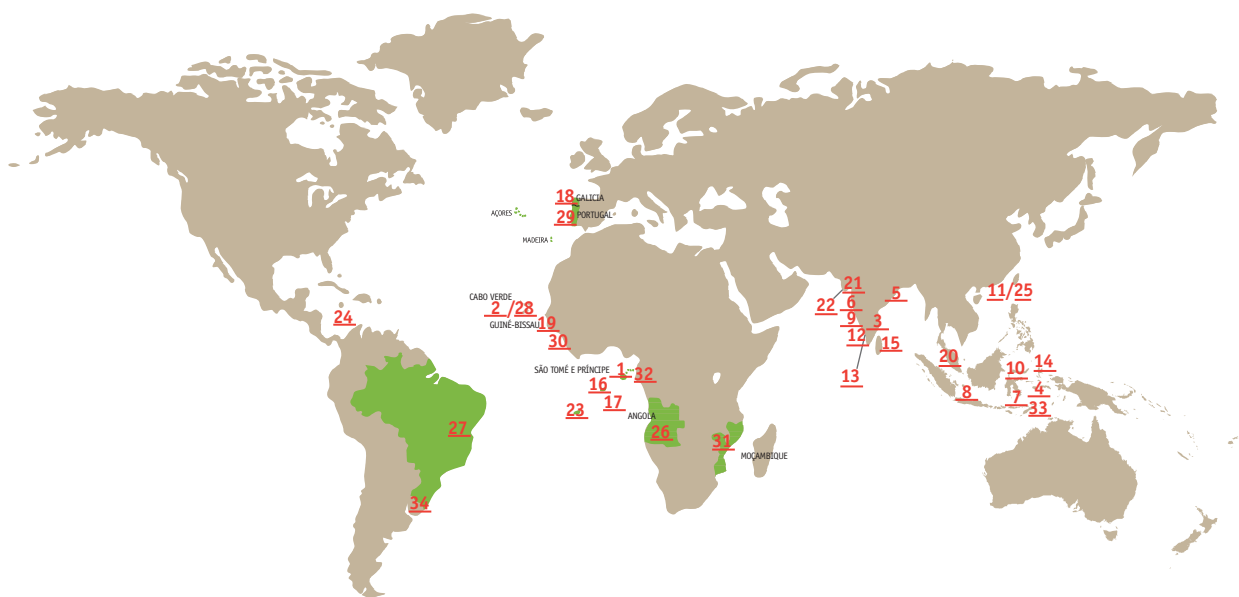
Essa condição, no entanto, não deve ser confundida com monolingüismo, uma ideologia muito presente na sociedade brasileira, onde historicamente se tem ocultado a realidade plurilíngue do país. Além do português brasileiro, certamente hegemônico, são faladas cerca de 200 outras línguas, a maioria delas indígenas (180

aproximadamente), junto com línguas trazidas por imigrantes europeus e asiáticos (alemães, italianos, japoneses, coreanos, sírio-libaneses, poloneses, ucranianos, espanhóis, galegos etc.), além dos resquícios de línguas africanas. Na fronteira do Brasil com o Paraguai ocorre uma penetração do espanhol paraguaio e do guarani em terras brasileiras, bem como um uso cada vez mais intenso do PB em território paraguaio. No extremo norte do Brasil, no Amapá, na região limítrofe com a Guiana Francesa, se usa uma língua crioula de base francesa denominada *lanc patoá*. Uma intensa imigração de bolivianos para o Brasil, sobretudo na cidade de São Paulo, faz crescer o uso do espanhol boliviano, do quéchua e do aimará naquela metrópole.

O português uruguaio é empregado no norte do Uruguai, nas áreas limítrofes com o estado do Rio Grande do Sul. Não tem origem em algum tipo de migração de brasileiros para aquele país: ao contrário, é uma língua ancestral, falada há séculos naquela área, que foi incorporada ao território uruguaio no processo de independência do país. Durante muito tempo, foi alvo de perseguição, condenação e combate por parte da administração política e educacional uruguaia, de modo que seus falantes sempre se sentiram desprestigiados e marginalizados. Recentemente, porém, uma nova lei nacional de educação (2008) reconheceu o caráter plurilíngue da nação uruguaia e lançou dispositivos legais para o ensino *de* e *em* português uruguaio na região fronteira.

Nas ex-colônias portuguesas da África, o português sempre enfrentou a concorrência de outras línguas, mais amplamente usadas pela população. Em alguns países, seu uso é praticamente restrito à administração pública e ao ensino, o que explica por que, aos ouvidos brasileiros, as formas que o português assumiu naquele continente soem parecidas com o português europeu, que serve de base para o padrão a ser usado pelos órgãos oficiais e pelo sistema educacional.

No Timor-Leste, somente 5% da população usa o português timorense, sendo essa população essencialmente idosa. O desaparecimento do português em Timor-Leste se deve à invasão que a Indonésia promoveu no país quando ele se declarou independente de Portugal em 1976. O exército indonésio se apoderou de Timor-Leste e promoveu um verdadeiro genocídio, assassinando cerca de ¼ da população total. O português foi proibido e reprimido, junto com a religião católica. Somente vinte e cinco anos depois, graças a fortes pressões internacionais pela libertação do país, foi proclamada a República Democrática



1. Angolar/São Tomé (ilha de)
2. cabo-verdiano/Cabo Verde (África)
3. crioulo da costa de Coromandel/Coromandel (Índia)
4. crioulo de Ambom/Ambom (Indonésia)
5. crioulo de Bengala/Bengala (Índia)
6. crioulo de Bombaim/Bombaim (Índia)
7. crioulo de Flores/Flores (Indonésia)
8. crioulo de Java/Java (Indonésia)
9. crioulo de Korlai/Korlai (Índia)
10. crioulo de Macassar/Macassar (Indonésia)
11. crioulo de Macau (macaense)/Macau (China)
12. crioulo de Quilom/Quilom (Índia)
13. crioulo de Tellicherry/Tellicherry (Índia)
14. crioulo de Ternate/Ternate (Indonésia)
15. crioulo de Trincomalee e Batticaloa/Trincomalee e Batticaloa (Sri Lanka)
16. fã d'Ambô/Ano Bom (África)
17. forro (santomense)/São Tomé (África)
18. Galego/Galiza (Espanha)
19. Kriol/Guiné-Bissau (África)
20. Kristang/Malásia (Ásia)
21. língua da casa/Damão (Índia)
22. língua dos velhos/Diu (Índia)
23. Lunguyê/Príncipe (África)
24. Papiamento/Curaçao, Aruba, Bonaire (Antilhas)
25. patuá maquista/Macau (China)
26. português angolano/Angola (África)
27. português brasileiro/Brasil (América do Sul)
28. português cabo-verdiano/Cabo Verde (África)
29. português europeu/Portugal (Europa)
30. português guineense/Guiné-Bissau (África)
31. português moçambicano/Moçambique (África)
32. português santomense/São Tomé e Príncipe (África)
33. português timorense/Timor Leste (Indonésia)
34. português uruguaio/Uruguai (América do Sul)

do Timor-Leste. A língua mais difundida é o tétum (da família austronésia). Além dela, outras quinze línguas são empregadas no território, que tem cerca de 800 mil habitantes.

Todas as demais línguas ou modalidades do grupo faladas na Ásia são extremamente minoritárias, algumas já em franca via de extinção, como as de Diu e Damão, na Índia, conservadas apenas pelos mais idosos, sem que tenham sido transmitidas às gerações mais novas. O papiá kristang (de “papear”, isto é, “falar”, e “cristão”) tem cerca de 3 mil falantes na península malaia, essencialmente idosos. Na antiga colônia portuguesa de Macau, devolvida à China em 1999, o português sempre foi língua minoritária e hoje é falado por cerca de 0,2% de uma população de 540 mil habitantes. O crioulo maquista está praticamente extinto.

De todas essas línguas, evidentemente, o português brasileiro ocupa um posto de liderança que o distancia grandemente das demais. Falado por 200 milhões de pessoas, é a terceira língua materna mais empregada no Ocidente (depois do espanhol e do inglês). Com a recente e rápida ascensão do Brasil como potência emergente num cenário em que Estados Unidos e Europa en-

frentam profundas crises, é inevitável reconhecer a importância geopolítica e socioeconômica do país e, conseqüentemente, de sua língua majoritária.

Reconhecendo o vínculo histórico entre o galego e o português brasileiro e, sobretudo, admitindo a importância do conhecimento da língua galega para um conhecimento mais profundo da própria língua dos brasileiros, é mais do que desejável – senão obrigatório – estreitar os vínculos entre os estudiosos dessas duas línguas, que muito têm a contribuir uns com os outros. Com isso, corrigiríamos a injustificada situação de quase absoluto desconhecimento dos brasileiros da existência mesma do idioma galego e de seus laços genéticos com a língua majoritária do Brasil ■

## Referências

- Cardeira, Esperança. *O essencial sobre a história da língua portuguesa*. Lisboa, Caminho, 2006.
- Ferreira, Aurélio B. H. *Dicionário Aurélio Século XXI*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2009.